

RODRIGUES (José Honório). — *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Editora Vozes. 1974. 325 pp.

Essa obra foi publicada sob os auspícios da Câmara dos Deputados, em comemoração ao sesquicentenário da instalação do Poder Legislativo no Brasil (1823-1973).

A origem dela foi uma conferência na Academia Brasileira de Letras, que cresceu a ponto de ser um capítulo de um livro e tornou-se um livro separado e independente.

O estudo de José Honório abrange a Constituinte em seus sete meses de vida e em todos os seus aspectos, indo da organização à dissolução, em todos os níveis de problemas tratados, como a elaboração da Constituição, os problemas econômico-financeiros e sociais.

As fontes utilizadas são as originais: o *Diário da Assembléia Constituinte* e os *Anais da Assembléia Constituinte*, complementadas com uma bibliografia escolhida.

A contribuição dessa obra ultrapassa o nível do conhecimento factual do início das atividades parlamentares. Nela encontramos uma análise rigorosa do período inicial da história do Brasil, com a origem das concepções políticas que marcam a história do pensar político brasileiro, com uma grande persistência.

O início da vida parlamentar brasileira deu-se sob o domínio de contradições: o fazer a revolução brasileira contradizendo a manutenção de uma forma de governo; a criação de um aparato estatal que negasse o anteriormente existente contra a adaptação de formas já existentes de administração e justiça; a negação do pacto colonial com a revolta contra Portugal e a aceitação do pacto colonial com a Inglaterra. A impossibilidade de solucionar essas contradições explica o aspecto tumultuado da Constituinte e a transferência do campo legislativo para o campo do executivo.

Nessa obra encontramos um quadro bastante aproximado do nível intelectual de formação que existia no Brasil naquele momento, as idéias políticas dominantes e os líderes políticos como Antônio Carlos e Carneiro de Campos. Isso contribui para explicar o nível elevado das discussões no plenário da Câmara e a própria Constituição, que foi a mais longa que tivemos.

Alguns aspectos pouco tratados aparecem com nova luz: o fato dos radicais exaltados não terem participado da Assembléia; as concepções de poder no Estado, e, as concepções sobre o povo brasileiro que as elites dirigentes tinham

no momento e que persistiram por mais de século. Pela primeira vez o problema econômico-financeiro do primeiro reinado foi relacionado com a dissolução da Constituinte e com o aumento da tensão entre Assembléia e Imperador.

Aparecem também temas que terão longa vida nas discussões das concepções políticas brasileiras: federalismo e união; conceito de cidadania envolvendo brasileiros livres, não-livres e estrangeiros que optaram por viver no Brasil, predomínio do poder legislativo sobre o executivo que logo se transforma no contrário e que tem persistido por muito tempo na história política brasileira.

No todo essa obra merece uma leitura atenta e cuidadosa, pois muito contribui para o esclarecimento do período do primeiro reinado e para a compreensão das concepções ideológicas, que denominaríamos de conservadora e liberal, que sob várias camuflagens continuam existindo em nossa história. Talvez um pequeno reparo a ser feito: o tom de empolgação da obra, o que se torna sua leitura muito vibrante, redundante em outro lado na adesão aos conceitos dos constituintes, o que absolutamente não desmerece a obra.

RAQUEL GLEZER

*

*

*